

# PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL NO CERRADO MARANHENSE: UMA PROPOSTA AGROECOLÓGICO

Jorge Luís Nascimento SOARES<sup>1</sup>; Carlos Roberto ESPINDOLA<sup>2</sup>; Lauro Charlet  
PEREIRA<sup>3</sup>

Palavras Chave: Assentamento rural, agroecologia, qualidade de vida, sustentabilidade

## INTRODUÇÃO

As condições de solo e clima verificadas nas áreas sob vegetação de cerrado, favorecem a agricultura mecanizada de grãos, o que torna a região atrativa para a implantação de monoculturas intensivas ou *plantations*. O surgimento de variedades adaptadas às condições de clima e solos do cerrado e os incentivos fiscais direcionados aos produtos de exportação, *comodities*, potencializam o processo migratório de ocupação das áreas, com agressão ao meio ambiente e às comunidades tradicionais.

De uma forma genérica, Bergamasco e Norder (1996) definem assentamentos rurais como a criação de novas unidades de produção agrícola, em benefício de trabalhadores rurais que recebem apoio creditício para o uso adequado das terras e incentivos à organização social e à vida comunitária. Observa-se que este conceito está inserido na concepção agroecológica definida por Caporal e Costabeber (2002) quando afirmam que a agroecologia trata de orientação, cujas pretensões e contribuições vão além de aspectos meramente tecnológicos e agrônômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, quanto variáveis culturais, políticas e éticas.

O presente trabalho tem como objetivo de sugerir a aplicação de conceitos agroecológicos de desenvolvimento em um projeto de assentamento no cerrado maranhense, bem como definir a organização territorial das unidades produtivas, base para a sustentabilidade dos assentamentos rurais. A proposta visa inserir uma alternativa de desenvolvimento econômico que valorize e respeite os recursos naturais e que seja alternativa ao modelo de agricultura intensiva e excludente, que se instala na região.

---

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, CEP 66.610-120, Belém (PA). E-mail: jorgeincra@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, SP. CEP 01124-010. E-mail: cresp21@hotmail.com

<sup>3</sup> Embrapa Meio Ambiente – CNPMA. Caixa Postal 69, CEP 13820 – 000 Jaguariúna (SP). E-mail: lauro@cnpma.embrapa.br

## MATERIAL E MÉTODOS

O Projeto de Assentamento Agroextrativista Baixão da Barra ocupa uma área de aproximadamente 900 ha de cerrado no município de Pastos Bons (MA), região centro-sul do Estado. A caracterização físico-ambiental da área revela uma dominância do tipo climático tropical megatérmico subúmido, seco, com médias anuais de precipitação pluviométrica variando de 800 a 1.000 mm. A temperatura média anual é de 27°C e a umidade relativa de 65% (RADAMBRASIL, 1986). A vegetação é representada por savana (cerrado/campos) com grande parte substituída por agricultura e pastagem (Calderom, 1992). A rede hidrográfica da região é mantida por lagoas e riachos perenes nos vales. O relevo apresenta características tabulares, áreas aplainadas e chapadões, constituindo-se em um extenso planalto dissecado em vales encaixados e altitude que varia de 300 a 500 m. Os solos dos platôs são constituídos principalmente por Latossolo Amarelo.

No Baixão da Barra residem aproximadamente 30 famílias de produtores rurais, descendentes de moradores que habitam a área desde o século XVIII com a chegada de colonizadores (criadores de gado).

A atividade econômica predominante é a exploração extrativa dos recursos naturais, na qual se destacam: a Fava Danta (*Dimorphandra mollis*) de importância mundial no mercado de produtos cosméticos e farmacêuticos; o Pequi (*Caryocar cubatun*), de vasto uso na culinária regional e na produção de óleo e sabão; o Bacuri (*Platonia insignis*) de aproveitamento *in natura* e na fabricação de cremes, doces e sorvetes; a Faveira (*Peltophorum dubium*) e a pastagem nativa importantes na alimentação animal, além de uma rica biodiversidade. A carência de orientação e de incentivos, leva ao extrativismo desordenado e predatório, que agride as plantas e compromete a qualidade do produto extraído.

A metodologia consta da realização de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), visando obter a tipificação dos produtores rurais, a partir de informações sobre a situação fundiária, tecnologia adotada, renda familiar, força de trabalho, grau de instrução, dentre outras. Com estas informações será elaborado o plano de utilização das terras do projeto, dentro de uma abordagem agroecológica de desenvolvimento.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agricultores locais habitam os vales onde a hidrografia é favorável e os solos são naturalmente férteis. Desta forma, a estrutura fundiária estabelecida pelos antigos moradores (e que se mantém nos dias atuais) é de propriedades individuais nos vales, com exploração coletiva das áreas planas de cerrado, até então consideradas impróprias para agricultura. Esta “blindagem” natural de solos ácidos e de baixa fertilidade foi desfeita com o surgimento de novas tecnologias que incluíram o cerrado no cenário produtivo, todavia sem a devida observância aos impactos ambientais e a situação fundiária local, o que acarreta graves danos ambientais e conflitos agrários.

Mesmo em ambiente de considerável potencial econômico, os habitantes desconhecem a importância dos recursos naturais do cerrado. Os baixos preços praticados na comercialização e a falta de orientação torna a extração predatória, além de desinteressar os jovens que abandonam as propriedades em busca de oportunidades nos centros urbanos ou no corte de cana-de-açúcar em outras regiões.

À medida em que a monocultura avança sobre o cerrado, reduz a qualidade de vida dos habitantes dos vales. A diminuição da capacidade de retenção da água pluvial intensifica o processo de erosão, causando degradação dos solos, destruição de lavouras e contaminação com agroquímicos. A utilização agrícola das chapadas reduz as áreas de pastoreio extensivo e compromete a renda familiar local com a destruição dos recursos naturais, o que conduz ao isolamento e maior fragilidade dos grupos sociais mais resistentes.

Os beneficiários devem ser identificados dentre os descendentes dos antigos moradores do vale, atualmente sem terra ou proprietários de pequenas áreas subdivididas por herança. A presença de agricultores identificados com o meio favorece as iniciativas ecológicas e socioculturais e garante a conservação de setores protegidos, ou “áreas de escape” cenário de experiências para o desenvolvimento local sustentável.

O Plano de Utilização das Terras do Assentamento deve ser definido de forma participativa, construído a partir do DRP para preservar os costumes e as tradições regionais, da seguinte forma: a) sistema de produção coletivo ou individual; b) edificações, infra-estrutura básica e atividades agrícolas nos vales; c) uso sustentável dos recursos naturais do cerrado; d) incentivo à cultura e às tradições regionais.

De acordo com o plano a organização espacial do assentamento dever-se-á seguir o desenho estabelecido historicamente pelos antigos moradores da região, ou seja,

infra-estrutura e atividades socioeconômicas nos vales, mantendo as áreas de cerrado para o extrativismo coletivo. Este modelo apresenta-se ecologicamente correto, na medida em que descarta a possibilidade de desmatamento nos platôs, mantendo, e até melhorando, as condições naturais, mediante treinamento dos trabalhadores para a coleta extrativa sem prejudicar as árvores, com o replantio de algumas espécies.

A nova concepção de desenvolvimento rural fundamentada na sustentabilidade ambiental está presente no modelo de agricultura praticada pelos antigos moradores da região. Desta forma, antecipando-se ao conceito de Altieri (1998) em que a agroecologia estabelece as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura "sustentável", a região centro-sul do Maranhão pode ajustar-se à propostas de desenvolvimento rural participativo, visando não apenas superar a crise ecológica e socioeconômica, mas também, restaurar valores étnicos, ambientais, políticos e culturais.

### **CONCLUSÕES**

- a) Projetos de assentamento rurais com propostas agroecológicas de desenvolvimento constituem alternativas favoráveis à preservação ambiental em áreas de cerrado.
- b) A comunidade local já desempenha atividades agroecológicas de modo espontâneo, carecendo, entretanto, medidas que valorizem e potencializem os métodos adotados.
- c) Para implementação da proposta agroecológica, a organização territorial deve contemplar o desenho rural selecionado pela comunidade tradicional, com os recursos naturais explorados de forma coletiva e a infra-estrutura nos vales

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS. 1998. 468p.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L.A.C. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1996. 96p
- CALDEROM, S.S. et. al. **Recursos Naturais e Meio Ambiente: uma visão de Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, Departamento de Recursos Naturais, 1992. 154p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr/mai, 2002.
- RADAMBRASIL, **Levantamento exploratório-reconhecimento de solos do Estado do Maranhão**, vol 1, Rio de Janeiro, 1986, 250 p.